

ARGUMENTAÇÃO E EMOÇÃO NO DISCURSO SOBRE O AMBIENTE NA IMPRENSA PORTUGUESA

Rui RAMOS (Universidade do Minho, Portugal)

RESUMO: Um aspecto relevante da construção dos textos sobre o ambiente na imprensa portuguesa contemporânea reside na presença e no funcionamento da interdiscursividade que se verifica entre os discursos científico e ambiental. O jornal funciona como suporte e promotor do discurso de divulgação da Ciência, dando acesso ao público leigo a este universo de saberes.

A explicação mediática assim construída parece assumir como objectivo pragmático dominante o de tornar os leitores mais competentes (fazer-saber). Contudo, a análise de múltiplos exemplos permite identificar os objectivos de fazer-criar e fazer-aderir, com um relevo que ultrapassa a simples competencialização da opinião pública.

Estes objectivos são (potencialmente) alcançados não só pela crua exposição e explicação dos factos científicos, mas decorrem do cruzamento entre a voz fria e autorizada da Ciência e perturbadores argumentos de índole passional. A palavra surge, portanto, como força mobilizadora, tanto mais eficaz quanto as expectativas (e a ilusão) são de representação e informação tendencialmente neutras.

RESUME: Un aspect important de la construction des textes sur l'environnement dans la presse portugaise contemporaine est celui de la présence et du fonctionnement de l'interdiscursivité, identifiable entre le discours scientifique et le discours environnemental. Le journal se présente comme support et promoteur du discours de divulgation de la Science, en donnant accès au public laïque à cet univers de savoirs.

L'explication médiatique ainsi construite semble adopter comme objectif pragmatique dominant celui de rendre les lecteurs plus compétents (faire-savoir). Néanmoins, l'analyse de multiples exemples permet d'identifier les objectifs de faire-croire et faire-adhérer, avec une importance qui dépasse la simple compétencialization de l'opinion publique.

Ces objectifs sont atteints (potentiellement) non seulement par la simple exposition et explication des faits scientifiques, ils sont le produit du croisement entre la voix froide et autorisée de la Science et des perturbateurs arguments d'origine passionnelle. La parole apparaît, donc, comme force mobilisatrice, d'autant plus efficace que les attentes (et l'illusion) sont celles d'une représentation et d'une information tendanciellement neutres.

Palavras-chave: Argumentação; emoção; ambiente; media

Mots-clés: Argumentation; émotion; environnement; médias

1. Discurso mediático e Ciência

Se tentarmos caracterizar o discurso sobre o ambiente na imprensa generalista portuguesa, um dos traços imediatamente identificáveis é a presença constante de um intertexto científico. O discurso mediático ambiental é perpassado, a vários níveis, pelo discurso da Ciência, e este surge de forma mais ou menos "pura e dura", com mais ou menos intensas e abundantes marcas de recontextualização, com mais ou menos vocabulário específico e sintaxe própria.

Este cruzamento de vozes produz resultados em ambos os lados.

1.1. Por um lado, tal cruzamento de vozes oferece poder ao discurso científico. Este, enquanto processo e produto linguístico/discursivo, tem vindo a assumir uma forma específica ao longo dos anos, pela acção das condições particulares da sua produção e interpretação. Caracteriza-se tipicamente por ser o meio de comunicação entre pares e as suas características identificadoras são visíveis a todos os níveis linguísticos: do micro-textual (terminologia e sintaxe

preferenciais, tendência para a monosssemização¹) ao macro-textual (géneros e estruturas, restrições estilísticas, economia e pertinência máximas, objectividade, etc.). O acesso a este tipo discursivo, condicionado por uma retórica própria, exige a aquisição/aprendizagem de competências específicas e conhecimentos da área científica em causa.

A sua recepção/interpretação por públicos alargados é influenciada por um conjunto de expectativas ou ideias-chave que o cidadão comum frequentemente constrói face à Ciência, entre as quais se contam a de considerar que aquela assume um papel neutral e informativo, imaculadamente transparente; que a sua representação é alheia à retórica; que procura verdades estáveis e eternamente válidas; que a comunidade científica está plenamente preparada para lidar com todas as realidades sociais, humanas e naturais; ou que essa comunidade é alheia a pressões sociais e políticas.² De facto, em rigor, a actividade científica é mais uma das actividades das sociedades humanas, e este facto impõe-lhe um curso dinâmico, com variações de orientação, e é permeável a interesses e experiências. Os limites da actividade científica não estão separados dos interesses sociais, dos fluxos financeiros, dos jogos de poder. Assim, a exposição pública poderá estar ao serviço de programas de acção e afirmação desenvolvidos dentro da comunidade científica e dirigidos, por exemplo, a entidades públicas, a decisores políticos ou a financiadores privados.

Na sua exposição mediática a públicos alargados, o discurso científico entra nos mecanismos de poder estabelecidos no seio da opinião pública e também nos mecanismos de poder que se estabelecem dentro da própria comunidade científica.

1.2. Por outro lado, a presença interdiscursiva da voz da Ciência oferece poder ao discurso mediático. O discurso da Ciência nos *media* surge como um dos mais poderosos recursos retóricos de que os indivíduos dispõem. O seu uso pressupõe um contraste implícito com a irracionalidade das *outras* formas de interpretar os estados de coisas e, conseqüentemente, exigências de adesão a determinados pontos de vista. No discurso mediático ambiental, a voz da Ciência é profusamente usada como mecanismo de acreditação, de autoridade, como fonte do saber e como instrumento de modelação da opinião pública. Harré *et al.* afirmam: «one of the reasons why the natural sciences serve as a powerful source of rhetorical devices is that they incorporate within their rhetoric the idea of impersonal authority» (1999, p. 67). Trata-se de uma retórica da evidência, que confere força probatória intrínseca ao discurso³, particularmente necessária no caso do discurso ambiental, com dimensões assumidamente directivas.

Quanto à organização interna que os discursos de divulgação científica (especialmente nos *media*) apresentam, podem identificar-se vários traços comuns: a criação de contrastes, de binarização, o que pode sugerir a existência de uma problematização ao serviço da criação de um clima de confrontação (competição aberta e agonismo); excessivo relevo atribuído às conclusões e o ignorar de premissas ou aspectos não finais do discurso original; uso frequente de números, da quantificação (nem sempre relativizando os valores, enquadrando-os nos seus campos específicos, para definir o efectivo peso da sua evocação)⁴. Assim, as vozes, os dados, as ilustrações técnicas, os gráficos e esquemas, o vocabulário e os modos de organização textual que o discurso da Ciência oferece ao discurso mediático são incorporados e reinterpretados por este, resultando da mistura um novo produto.

1.3. Como foi referido, o discurso científico e o discurso ambiental, assim como outros que caracterizam as sociedades ocidentais contemporâneas, são percorridos por um vector

¹ Gentilhomme (1984) refere, mais radicalmente, o “carácter monossémico” do discurso científico e Cassany e Martí referem a terminologia da Ciência como usando «términos unívocos» (2000, p. 2666), por oposição ao registo menos técnico do cidadão comum.

² Cf.: CALSAMIGLIA, 2003.

³ Cf.: DELAVIGNE, 1994.

⁴ Cf.: RAMOS, 2005.

transversal: o do poder. A existência de poder numa sociedade manifesta-se pela possibilidade de provocar acção (material e imaterial), e esta está fortemente associada aos processos da actividade linguística. Qualquer organização social sustentável exige a comunicação e, portanto, o exercício de poder, com reflexos na actividade física e linguística dos seus membros (na sua dimensão de externalização de conteúdos de consciência, mas também na dimensão interna, de formação desses conteúdos, de criação de quadros conceptuais).

A este propósito, Caraça sublinha que os poderes são constituídos sobre / constitutivos de campos de saberes, concorrendo para a sua legitimação e fornecendo-lhes uma identidade cultural – sendo que «nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registo, de acumulação, de deslocamento, que é, ao mesmo tempo, uma forma de poder e que está ligado, na sua existência e no funcionamento, a outras formas de poder» (2000, p. 689). Sobre os discursos de legitimação do poder e de justificação das opções políticas (com implicações directas em todas as áreas da vida em sociedade, nomeadamente as questões ambientais), o autor salienta a emergência da voz da Ciência e lembra que «o primado das questões materiais na economia e da sobrevivência material na agenda política favoreceu uma argumentação de base científica no esforço de dominação da natureza» (idem, p. 690).

Deve acrescentar-se a estas considerações que, nas sociedades ocidentais modernas, o poder político não é aceite como imposto frontalmente por uma determinada oligarquia, no sentido descendente, mas emana dos cidadãos, em sentido ascendente, que o delegam nos seus representantes. Assim, as democracias, em tempos desenhadas e desejadas como *representativas*, querem-se e reclamam-se hoje *participativas*, o que configura um conjunto de novos desafios na formação dos cidadãos, na cooperação, na construção comum. Este modelo participativo de interacção social não exclui o exercício do poder e da influência – provavelmente, antes o torna mais operante. Para ser credível e aceitável, tal exercício busca mecanismos de autorização do dito e do dizer, encontrados, em larga medida, nos conhecimentos científicos, visto que a Ciência constitui, com frequência, aos olhos do cidadão comum, a última razão de muitas das querelas, pode produzir a última palavra nas decisões a tomar, representa o último refúgio das dúvidas e das divergências interindividuais.

2. Didacticidade e directividade

O conjunto de traços acima referidos colabora na definição da ‘didacticidade’⁵ como uma propriedade enformadora do discurso de divulgação científica nos *media*.

Sophie Moirand tem tratado com sistematicidade esta questão⁶. Considera que, definido pelas suas condições de produção, i. e., no interior de uma instituição social e historicamente definida como de ensino, o discurso didáctico é fácil de identificar. Menos simples será definir a didacticidade dos discursos por outros factores que não as respectivas condições de produção evidentemente didácticas. Para tal, cruzar-se-ão, segundo Moirand (1992), três tipos de definição: situacional (determinada pela situação de comunicação), formal (quanto à organização material interna do texto / discurso) e funcional (dependente do objectivo envolvido na realização discursiva, para as dimensões perlocutórias do discurso, que correspondem a “tornar o alocutário mais competente”, ou “fazer-saber”⁷).

Para a autora, a didacticidade dos discursos está necessariamente associada à presença do outro: «la présence de l’autre, à travers certaines catégories de la personne et à travers des désignations repérées, à travers les direx relatés, évoqués, invoqués ou imaginés, nous a paru constituer un des points d’ancrage de la didacticité» (1992, p. 12). O interlocutor encontrar-se-á inscrito no discurso do locutor de formas diversas, quer se trate de didacticidade forte ou fraca,

⁵ Cf.: MOIRAND, 1992.

⁶ Ver, em particular, MOIRAND, 1992, 1997, 1999, 2000, 2003.

⁷ Tavares (1993) aproxima-se do que defende Moirand (1992) e sustenta que é a competencialização, ou um aumento desejado e programado das competências, o que permite distinguir a didacticidade entre o campo dos discursos persuasivos.

ou ainda, num grau menos visível, o discurso de divulgação destinado ao grande público. Isso é verificável do ponto de vista das marcas formais presentes no texto / discurso e dos procedimentos pragmáticos que lhe condicionam o funcionamento.

O discurso de intermediação entre a Ciência e o público geral, não iniciado nos seus conceitos específicos, nos seus mecanismos ou nos seus procedimentos discursivos, é classificado como de didacticidade fraca, sendo marcado predominantemente por objectivos pragmáticos explícitos de fazer-saber. Neste caso, o jornalista, mediador entre o saber científico e o desejo de saber atribuído ao público, constrói uma imagem onde o primeiro controla o seu discurso, surgindo ele não como dominando a Ciência, mas como dominando os mecanismos da *gestão da comunicação*. A Ciência e o seu discurso desempenham um papel fundamental na credibilização do discurso mediático, fruto do crédito de confiança de que esta dispõe nas sociedades ocidentais. Assume, desta forma, uma função relevante no fazer-acreditar, indispensável para o eficaz funcionamento social do discurso mediático.

Contudo, a análise de múltiplos textos / discursos sobre temáticas ambientais permite uma leitura pela qual despontam como fundamentais outros objectivos pragmáticos, para além do fazer-saber e do fazer-acreditar. É frequentemente assumido, de modo mais ou menos explícito, o envolvimento do jornalista e / ou da entidade mediática na promoção de comportamentos socialmente validados, de comportamentos sustentáveis, politicamente correctos. Emerge então entre a didacticidade um claro pendor directivo. Assim, o fazer-saber seria somente uma etapa ou um procedimento, fundamental mas não terminal na cadeia de actos que se orientam para a construção do macro-acto de fazer-fazer:

fazer-saber / fazer-acreditar → fazer-fazer

Há, contudo, que identificar um procedimento ou outra etapa intermédia neste percurso. Não basta esperar, aceitando uma atitude positivista radical, que o conhecimento teórico, por si só, leve à acção. Há múltiplas áreas da vida individual e social em que se verifica um claro divórcio entre o que as pessoas “sabem” sobre as coisas e seus estados e as atitudes que tomam. Por exemplo, todos os portugueses sabem bem que o consumo de tabaco prejudica seriamente a saúde dos próprios e dos fumadores passivos, mas muitos continuam a fumar; todos sabem que maus hábitos alimentares afectam a qualidade de vida, mas não os mudam; todos têm conhecimento que o consumo excessivo de álcool gera situações de risco, mas muitos ultrapassam frequentemente as práticas mais sensatas. O que parece faltar a estes comportamentos é a interiorização pessoal e concreta daquilo que se “sabe” intelectivamente (“adesão dos espíritos”). Em termos mais tipicamente argumentativos, poderá afirmar-se que não é um caso de argumentação, mas de persuasão: adesão efectiva, manifestada em tomadas de posição racionais e adopção de comportamentos concretos consonantes com o que se “sabe”.

Assim, identifica-se no discurso ambiental um procedimento argumentativo favorável à adopção de novos comportamentos, ou seja, favorável ao sucesso do macro-acto ilocutório de “fazer-fazer” – trata-se de um mecanismo de “fazer-aderir”:

fazer-saber / fazer-acreditar → fazer-aderir → fazer-fazer

Na tentativa de promover esta adesão e, conseqüentemente, uma mudança de comportamento, o jornalista / a entidade mediática interpreta, modaliza e apresenta da forma que considera estrategicamente mais adequado o discurso da Ciência.

3. *Corpus* e metodologia

Este estudo recolhe como *corpus* um conjunto de artigos do jornal *Público*, um diário de referência no espectro mediático português, publicados em 2007, que versam sobre a questão das

alterações climáticas e que surgem, essencialmente, em períodos marcados por eventos de grande relevo neste quadro: ou a apresentação de relatórios por organizações internacionais ligadas ao ambiente, ou negociações internacionais do mesmo âmbito. Retoma estudos anteriormente desenvolvidos pelo autor (particularmente, RAMOS, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008) e actualiza-os, analisando novas produções mediáticas, mais recentes.

Em concreto, recorta o seguinte conjunto de artigos, apresentados cronologicamente:

- 1ª página e páginas 2 a 4 (secção “Destaque”) de 3 de Fevereiro;
- 1ª página e páginas 2 e 3 (secção “Destaque”) de 6 de Abril;
- 1ª página e páginas 12 e 13 (secção “Portugal”) de 11 de Abril;
- 1ª página e página 22 (secção “Mundo”) de 5 de Maio;
- 1ª página e páginas 18 e 19 (secção “Mundo”) de 10 de Dezembro;
- páginas 20 e 21 (secção “Mundo”) de 11 de Dezembro;
- páginas 20 e 21 (secção “Mundo”) de 12 de Dezembro;
- páginas 26 e 27 (secção “Mundo”) de 13 de Dezembro;
- páginas 20 e 21 (secção “Mundo”) de 14 de Dezembro;
- 1ª página e páginas 2 e 3 (secção “Destaque”) de 15 de Dezembro;
- página 20 (secção “Mundo”) de 18 de Dezembro.

As páginas de jornal onde se fixam estes textos encontram-se em anexo, numeradas de 1 a 27.

4. Os textos em análise

4.1. Em primeiro lugar, há que assinalar o relevo que a temática adquire. Esta recolha não foi exaustiva, e mesmo assim foi possível identificar um conjunto relevante de edições que a tratam – e o fazem com grande evidência, com manchetes ou chamadas de 1ª página, com tratamento na secção “Destaque”, nas páginas seguintes, ocupando páginas duplas e inteiras, ou largos segmentos de páginas. Tal relevo cumpre uma das exigências do funcionamento da imprensa, tal como foram descritas por Adam (1997), a de visibilidade, e colabora na concretização das restantes: as de lisibilidade, de inteligibilidade e de dramatização.

4.2. Como foi referido, o discurso da Ciência surge (e com grande relevo) como intertexto do discurso mediático, com voz própria ou citado, de formas variadas, pelo jornalista:

(1) «Subida do nível do mar
Jurgen Willebrand. *Instituto de Ciências Marinhas, Universidade de Kiel, Alemanha*

O mar tem subido a um ritmo mais rápido nos últimos dez anos. “Nos últimos 40 anos tivemos uma subida de pouco menos de dois milímetros por ano. Agora, temos mais de três milímetros por ano”, refere Jurgen Willebrand.» (3/2/2007, p. 3).

(2) «”A Primavera e o Verão avançam 2,5 dias, as actividades agrícolas também mudam, como se constata com o aumento de dois por cento do grau alcoólico dos vinhos da Alsácia”, referiu ontem José Manuel Moreno, professor da Universidade de Toledo e um dos coordenadores do estudo do IPCC sobre a Europa, que teve a sua redacção concluída no passado fim-de-semana em Bruxelas.» (11/4/2007, p. 12).

(3) «O relatório conclui que é “muito provável” que o aumento da temperatura global desde meados do século passado seja atribuível aos gases com efeito de estufa lançados pelo homem – como o dióxido de carbono dos carros e indústrias, ou o metano da agricultura e dos aterros sanitários. No anterior relatório do IPCC, de 2001, dizia-se que a contribuição humana era apenas “provável”. “Havia apenas 66 por cento de probabilidade, agora há 90 por cento”, disse Susan Salomon, uma das investigadoras que coordenou este relatório do IPCC – cuja versão completa, com toda a base científica das conclusões, será publicada mais tarde. Por todo o documento, lêem-se expressões como “muito provável”, “confiança muito alta” e “virtualmente certo”. É o resultado, dizem os responsáveis do IPCC, do progresso da ciência, que

hoje dispõe de mais conhecimento e melhores instrumentos do que há seis anos para avaliar o futuro climático do planeta.» (3/2/2007, p. 2).

Como pode verificar-se, estes segmentos aparentam ser construídos segundo uma retórica da evidência, dando a ver factos, quantificando-os, usando um discurso impessoal ou vago (como em «dizia-se», «lêem-se expressões»), à luz do que é mais característico dos modelos de discurso científicos, em que o investigador se esconde por trás das suas observações, criando uma ilusão de objectividade total. A voz da Ciência surge como a voz dos estudos e relatórios ou como a voz credibilizada dos cientistas – em ambos os casos, com a autoridade que a sociedade lhes confere.

Acresce que os próprios decisores políticos reclamam explicitamente o fundamento científico das tomadas de posição neste âmbito:

(4) «A União Europeia tem de ouvir o que a ciência diz sobre as alterações climáticas e definir as políticas de acordo com essas informações.» (3/2/2007, p. 4)

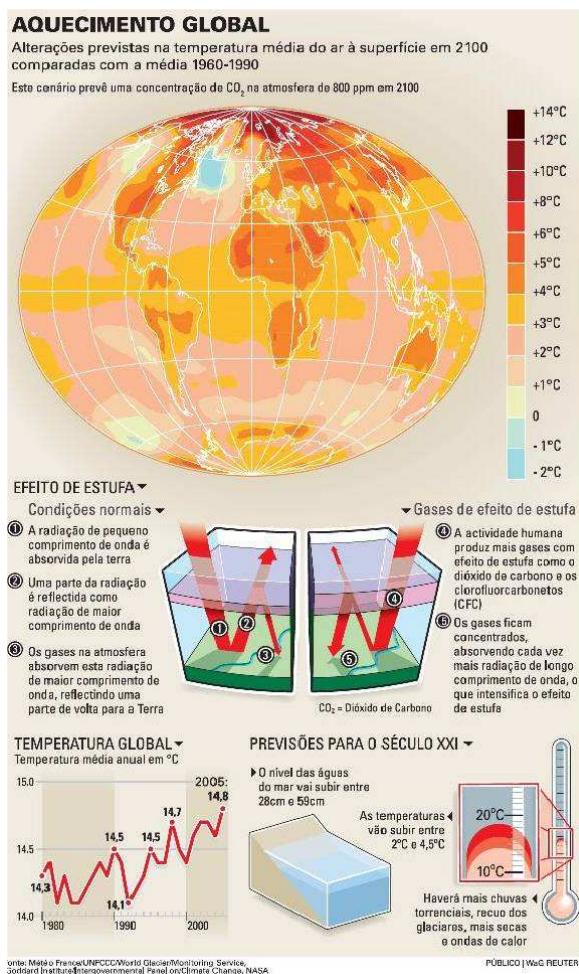
(5) «Tanto a União Europeia como a ONU defendem a referência do último relatório do IPCC sobre o aquecimento global. “A comunidade científica chegou a uma conclusão”, disse Yvo de Boer, o secretário executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. (...) “Este é um processo baseado na ciência”, afirmou Nuno Lacasta, chefe da delegação portuguesa, falando em nome da União Europeia.» (11/12/2007, p. 20).

[Afirmções de Humberto Rosa, Secretário de Estado do Ambiente de Portugal, principal negociador da União Europeia na conferência de Bali:]

(6) «O que nos agrada é qualquer proposta que mantenha a referência à ciência e ao nível de ambição que é exigido pela ciência. Temos o grande à vontade na União Europeia de termos as nossas metas e objectivos escorados nos dados do IPCC. Esperamos ver no roteiro de Bali esta expressão. Se não estiver lá, não o aprovamos. Onde é, não é importante. Nós queremos é que esteja lá. A versão que esperamos ver à nossa frente amanhã [hoje] satisfaz-nos, no sentido em que garante a ambição que o mundo precisa para resolver o problema das alterações climáticas, e garante um roteiro de Bali que envolve todas as partes, tanto países desenvolvidos como os em desenvolvimento, em contributos adequados à sua situação própria.» (15/12/2007, p. 3).

Um dos efeitos da presença insistente da Ciência no discurso mediático sobre o ambiente está associado ao fazer-acreditar, como foi referido acima. Para tal, é necessário assegurar a compreensão dos assuntos, pelo que a recontextualização do discurso da Ciência nos *media* recupera ou recria elementos de sentido pertencentes a códigos não são exclusivamente verbais:

(7)



(3/2/2007, p. 2).

Este exemplo manifesta o carácter didáctico que o discurso científico adquire nos *media*, onde colabora decisivamente na resposta a uma das exigências do jornal: visibilidade – para a qual concorrem os elementos gráficos típicos do discurso científico (esquemas, gravuras, ilustrações...). Aparentemente, a emoção é afastada pelo cariz objectivo e frio dos números, do saber positivista da Ciência. Fazer-saber e fazer-acreditar seriam os papéis da entidade mediática.

4.3. Contudo, com frequência as configurações dos eventos mediáticos são determinadas por dimensões não exclusivamente racionais, mas apelando a um fundo instintivo básico, aos medos e pulsões mais elementares do ser humano, a uma hiper-emoção, manifestados numa dramatização discursiva extrema. Essa dramatização concretiza-se em múltiplos recursos discursivos / textuais, alguns dos quais se alinham a seguir, e parece constituir uma marca caracterizadora do discurso sobre o ambiente na imprensa⁸.

⁸ Para Ramonet, a hiper-emoção exerce grande influência na comunicação e co-ocorre com a sobre-informação, colaborando ambas na manipulação exercida pelos *media* e ligando-se ao sensacionalismo, ao choque emocional. Sustenta que, tradicionalmente, os *media* de referência jogavam no rigor, na frieza conceptual; contudo, aos poucos, tal orientação terá sido abandonada. «Isto deu crédito à ideia de que a informação – qualquer que ela seja – é sempre simplificável, redutível, convertível em espectáculo de massas, e decomponível num certo número de segmentos-emoções. Baseando-se na ideia, muito em voga, de que existiria uma “inteligência emocional”».

A existência desta “inteligência emocional” justificaria que qualquer informação – processo de Médio Oriente, crise económica e social do Sudeste Asiático, problemas financeiros e monetários associados à introdução do euro, agitação social, testemunhos ecológicos, etc. – possa ser sempre condensada e esquematizada. Menosprezando, de facto, a análise, pretensamente causa de aborrecimento» (1999, p. 21). Para os propósitos do presente, sublinhe-se que o autor apresenta como exemplo os «testemunhos ecológicos».

(8) «Resultados aprofundam teses já conhecidas
Piores riscos na Europa afectam Portugal

Portugal está no caminho de alguns dos piores impactos previstos para a Europa. No Sul do continente, antevê-se mais ondas de calor, menos água para consumo humano e produção eléctrica, menor produção de alimentos e mais fogos florestais» (6/4/2007, p. 3).

(9) «Portugal terá, no futuro, mais calor, menos água e mais dias seguidos de temperaturas tórridas. É uma receita infernal para os fogos florestais, o drama anual que o país vive todos os Verões» (6/4/2007, p. 3).

(10) «Os cenários do IPCC para a Europa do Sul são arrepiantes» (11/4/2007, p. 12).

(11) «É com voz doce que anuncia as desgraças que nos esperam em 2070» (11/4/2007, p. 13).

Nos exemplos apresentados, a construção discursiva de cenários extremados, manifestando o que por vezes é referido como “discurso tremendista”, decorre essencialmente (mas não só) da adjectivação de alto grau. Note-se que estes enunciados são atribuíveis ao jornalista e não a outros enunciadores. É a sua intervenção mediadora, interpretante do mundo e geradora de um determinado modo de relacionamento com o mundo, que estes segmentos manifestam. Trata-se do desempenho do papel de intermediário entre o discurso da Ciência ou as negociações políticas e o público. E o desenho que faz pode mesmo ser classificado como alarmista, tenha ou não fundamento.

Além disso, são apresentados exemplos concretos, casos paradigmáticos extremos. A sua representatividade demográfica, o seu impacto efectivo em termos estatísticos, ou o seu peso no desenho total do problema podem não ser muito relevantes, mas o que é tomado como valor é o indivíduo – o que constitui um argumento forte, sempre eficaz, que permite que cada leitor se coloque no papel daquele que é referenciado. Sendo reconhecido à pessoa humana um valor absoluto, incontestável, torna-se fácil persuadir o leitor da validade dos argumentos evocados:

(12) «Subida do nível dos mares
Tuvalu, país submerso duas vezes por ano

Quem não acredita que as pequenas ilhas são vulneráveis às alterações climáticas, ouça o que diz Enate Evi. Ele é o responsável ambiental do Governo do Tuvalu, um mini-país de dez mil habitantes, formado por um conjunto de ilhotas no meio do Pacífico. A ilha principal, onde está a maior parte da população, nada mais é do que uma estreita língua de terra, quase ao mesmo nível da água. Nas grandes marés da Primavera e do Outono, o mar simplesmente invade a ilha. “Chega aos meus joelhos”, diz Evi. “Até a pista do aeroporto fica alagada”. A água está a salgar o solo e a comprometer a modesta actividade agrícola» (11/12/2007, p. 20).

Esta é uma descrição de um estado de coisas que promove a criação de empatia com as vítimas, e que funciona como base argumentativa favorável à adopção de medidas, pela comunidade internacional, para minorar o seu sofrimento. Aquelas são caracterizadas com traços de minimização: «vulneráveis», em reduzido número (tanto, que o locutor usa a designação «mini-país»), em pequeno espaço físico («ilhotas», «nada mais é do que uma estreita língua de terra»). A afirmação de que vivem quase «ao mesmo nível da água» aproxima-os da pureza e da absoluta naturalidade – mas igualmente da absoluta essencialidade – da água. Nem sequer são capazes de modificar seriamente o seu ecossistema, desenvolvendo uma actividade agrícola descrita como «modesta» – o que os afasta de quaisquer responsabilidades na destruição do equilíbrio ambiental planetário. São apresentadas como os objectos perfeitos, inocentes e inofensivos, da piedade humana, e óptimos exemplos para evocar quando se quer promover a bondade da assinatura de um protocolo que defenderá, em princípio, estes e muitos outros dos riscos decorrentes das alterações climáticas – que, acrescente-se, eles não provocaram.

Nesta mesma linha estratégica, veja-se a manchete de primeira página da edição de 10 de Dezembro, edição que recebe o primeiro de um conjunto de artigos sobre as negociações de Bali (Conferência das Nações Unidas dedicada às alterações climáticas):

(13) «Alterações climáticas Conferência de Bali entra na semana decisiva



A conferência das Nações Unidas dedicada às alterações climáticas, que decorre em Bali, Indonésia, entra hoje na sua semana decisiva. Enquanto os delegados à conferência tentam traçar um roteiro para um novo acordo internacional, o desafio da sustentabilidade ambiental revela-se através de sinais contraditórios. Enquanto em Bali pescadores “replantam” corais para mitigar os danos das alterações climáticas, nas Filipinas centenas de pessoas, incluindo crianças (na foto), sobrevivem com o negócio da reciclagem de lixo e da produção de carvão.» (10/12/2007, p. 1).

O texto é aqui retomado com a fotografia que o acompanha. A presença nesta de uma criança, aparentemente sozinha, num decrépito sofá rodeado de lixo, num cenário marcado por tons de negro (e há referências na legenda da fotografia a reciclagem de lixo e a produção de carvão) evoca, uma vez mais, a voz das vítimas. De novo, o jornal procura as vítimas mais inocentes e indefesas – e ninguém mais inocente e indefeso do que uma criança pequena, num quadro de pobreza, sujidade e aparente abandono (um quadro ilustrativo do *pathos* da retórica clássica). O texto configura-a também a ela como vítima dos problemas ambientais, fazendo-a símbolo de uma realidade dicotómica. Anuncia «o desafio da sustentabilidade ambiental» e apresenta dois casos que descreve como «contraditórios». Se o primeiro é um caso de relativo sucesso, como o leitor descobrirá ao ler os artigos das páginas interiores do jornal, o segundo só pode ser um caso de fracasso. Daí o «desafio» que se lança ao mundo, daí o incentivo à adopção de medidas que permitam ultrapassar situações como a que esta criança mostra e representa: a das famílias que sobrevivem do «lixo» e não dos “recicláveis”. Apoiando-se, mais uma vez, a emoção, o locutor posiciona-se – e atrai o alocutário para a mesma posição – como alguém que exige uma resposta vencedora ao «desafio» de conseguir acções que corrijam o desequilíbrio ambiental.

4.4. Acontece igualmente que o jornalista traça cenários dicotómicos fortemente polarizados, extremando posições e, portanto, favorecendo a radicalização do desenho que faz do real:

(14) «São apenas 21 páginas que sintetizam o que se pode dizer do aquecimento global, com base em tudo o que a ciência produziu até agora sobre o assunto. Mas o presidente do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), Rajendra Pachauri,

resumiu numa frase o essencial: “Estamos a fazer coisas que talvez não tenham acontecido nos últimos 650 mil anos.”

O pequeno documento do IPCC, ontem apresentado numa conferência de imprensa em Paris, é resultado de um trabalho de gigante, feito durante seis anos. Centenas de investigadores analisaram toda a investigação científica mais recente, para elaborar aquele que é o quarto relatório do IPCC sobre o presente e o futuro climático da Terra.» (3/2/2007, p. 2).

(15) «Nada pode ilustrar mais o contraste entre palavras e acções do que o dia de ontem na conferência climática das Nações Unidas em Bali. Logo de manhã, o tapete vermelho já estava estendido à entrada do centro de convenções para a chegada de 144 ministros e seis chefes de Estado e de Governo. Na retórica, as expectativas não se defraudaram: houve sucessivos discursos a clamar por um acordo na conferência que está a tentar lançar um roteiro para discutir novas e urgentes medidas contra o aquecimento global.

Ao mesmo tempo, noutra sala, as negociações sobre o texto que seria a base desse roteiro chegavam a um impasse. Com obstáculos levantados por diversos países, o que deveria ser a base de um acordo transformou-se num conjunto desconexo de sugestões, a desmoronar como um castelo de cartas. Praticamente voltou tudo ao ponto de partida e espera-se que hoje surja um novo texto, fruto de contactos entre um grupo mais restrito de países.» (13/12/2007, p. 26).

Esta descrição dos estados de coisas está ao serviço da dramatização que marca o discurso de imprensa, e não só os textos de teor ambiental. O discurso mediático alimenta-se da dissensão, dos antagonismos e da polémica. Esse recurso a cenários promotores de emoções fortes é igualmente uma forma de captar a atenção do leitor, de o atrair para a leitura, de lhe sugerir adesões a determinados pontos de vista.

No primeiro destes excertos, o jornalista joga com os contrastes entre a brevidade do relatório («apenas 21 páginas», «resumiu numa frase o essencial», «pequeno documento») e o seu máximo relevo, associado ao gigantismo dos cenários evocados («tudo o que a ciência produziu até agora», «650 mil anos», «trabalho de gigante, feito durante seis anos», etc.). A extremação de polaridades confere relevo aos dois pólos, apela mais activamente à atenção dos leitores, reveste-se de características apelativas que não se limitam a frios efeitos intelectivos, mas remetem para dimensões emotivas.

4.5. Os últimos textos do *corpus* incluem uma dimensão factiva explícita e assumida: procuram mostrar e levar os leitores a adoptar comportamentos novos, mais consentâneos com as exigências de sociedades mais sustentáveis. Assim, incluem vários testemunhos de cidadãos anónimos, com práticas quotidianas feitas de gestos simples, aparentemente procurando levar os cidadãos, individualmente considerados, a pensar poder prestar o seu contributo para uma causa que é, literalmente, de todos. Isto é anunciado num breve texto que abre a série de testemunhos, um por dia durante a última semana em que a cimeira decorre:

(16) «PÚBLICO divulga testemunhos individuais
O que faz você pelo Ambiente?

Ministros e delegados de 180 países estão em Bali, na Indonésia, a decidir como vai o mundo combater as alterações climáticas depois de 2012. Mas qual é o papel do cidadão comum? Será que o que fazemos pelo Ambiente importa? E se não fizermos nada, o planeta vai sentir? O PÚBLICO lançou o desafio e perguntou “O que faz você pelo Ambiente?” Durante a última semana da conferência da ONU sobre clima, as respostas serão publicadas, ao lado das notícias sobre o que está a acontecer lá longe, em Bali.

O contributo dos cidadãos para melhorar o Ambiente já ultrapassou a fase de não deitar papéis para o chão. Hoje há cidadãos a acreditar que também eles podem ajudar. Das tradicionais formas de poupar água e electricidade à preferência pelos transportes públicos, uma massa crescente de cidadãos anónimos usa a imaginação para tornar mais leve a sua pegada de carbono. (...)

Fazer a diferença em casa, no trabalho ou nas formas de mobilidade não tem de implicar mudanças radicais.» (10/12/2007, p. 18).

Este artigo poderia ser objecto de análise aprofundada, mas nesta breve exposição assinalar-se-á somente que há um novo argumento evocado, um argumento pragmático: é fácil mudar hábitos em prol do ambiente, e já há que o faça, sem perder qualidade de vida, sem prescindir de algo verdadeiramente importante. Mais do que apresentar as vantagens objectivas, empregando uma argumentação fundada sobre critérios de rigor científico, este argumento pelo exemplo procura mover os leitores, persuadi-los a adoptar práticas mais sustentáveis. Fundamenta-se em princípios éticos e defesa do bem comum e joga com a dicotomia “aqui / lá longe”, reactualizando, do interdiscurso ambiental, a máxima “pensar global, agir local”.

Procedimento semelhante ocorre num outro texto, agora numa escala já não individual, mas social:

(17) «ONU considera possível e barato combater o aquecimento
Controlar emissões de dióxido de carbono custaria 0,12 por cento do crescimento económico anual

Combater as alterações climáticas é urgente, possível e relativamente barato. É esta a principal conclusão de mais um relatório da ONU sobre o problema do aquecimento global, divulgado ontem em Banguécoque. (...)

“É um prémio baixo a pagar para reduzir o risco de grandes prejuízos pelo clima”, disse Bill Hare, assessor da organização ambientalista Greenpeace, citado pela Reuters.

“Podemos limitar e reduzir as nossas emissões de dióxido de carbono sem destruir a economia mundial”, comentou Yvo de Boer, secretário-geral da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas, da ONU.» (5/5/2007, p. 22).

Acresce neste caso um argumento de cariz económico. Ao optar por empregar um valor percentual na quantificação dos custos, o enunciador pode apresentá-lo como insignificante – o que, naturalmente, não aconteceria se tivesse de apresentar o cálculo do montante correspondente a este valor. Trata-se de uma forma intencional de orientar o alocutário, não pela anulação concreta de uma quantificação absoluta, capaz de chocar pelo seu valor dificilmente perceptível – e que criaria necessariamente a ideia de grandeza imensa –, mas pela sua substituição pela quantificação percentual, aparentemente próxima da insignificância. O valor, em si, será o mesmo, mas a percepção altera-se significativamente. A emoção, em termos gerais, está também aqui implicada.

4.6. O segmento apresentado acima ilustra igualmente outro traço frequentemente identificável no discurso mediático sobre o ambiente: a sua vertente directiva, materializada em verbos modais, nomeadamente construindo uma modalidade deôntica:

(18) «Com o novo relatório do IPCC, segundo Nunes Correia, há uma maior exigência sobre a classe política: “Temos de actuar já.”» (3/2/2007, p. 3).

(19) «Para Rajendra Pachauri, o processo de elaboração final tem uma vantagem. “Tudo o que for finalmente aprovado tem de ser aceite e seguido posteriormente”, disse, perante de centenas de jornalistas que encheram por completo um auditório na sede da UNESCO, em Paris. (...)

“Isto já não pode ser matéria de discussão nas negociações internacionais, tem de ser tomado como um dado adquirido”, disse.» (3/2/2007, p. 3).

(20) «O especialista tem um recado para o Governo: “Portugal tem de encarar as metas da União Europeia de redução das emissões como vinculativas e não como indicativas. Tem de se cumprir o Protocolo de Quioto e tem de se agir em termos de adaptação às novas condições, no sentido de fazer prevenção de fogos, de cheias e de seca.” E tem também algo a sugerir à União Europeia: “A UE tem de ser mais ambiciosa”, sugerindo que se actue já no Conselho de Ministros marcado para a Primavera. “Temos de ser rigorosos senão as próximas gerações vão culpar os políticos pelo seu futuro.”» (3/2/2007, p. 4).

(21) «A acção tem de ser imediata, diz o IPCC» (5/5/2007, p. 22).

(22) «É por isso que, apesar do final feliz de Bali, ainda é preciso partir muita pedra até se chegar a um novo acordo climático em 2009. O verdadeiro trabalho, o mais complicado, apenas começou» (18/12/2007, p. 20).

A pretensão de impor uma vontade ou plano de acção a outrem (fazer-fazer), aqui manifestada pelos enunciadores, exige uma autorização da sua posição enunciativa. Tal autorização decorre de expectativas de bom senso, num quadro de normalidade, e alicerça-se em argumentos científicos e em razões emocionais, assim como num *ethos* construído pelos locutores para si mesmos, numa projecção de imagem fortemente valorizada, visto que estes se apresentam como defendendo o bem comum contra os interesses imediatos e particulares de alguns.

5. Remate

Nestas páginas, foi traçado um condensado percurso descritivo e interpretativo de algumas dimensões caracterizadoras do discurso sobre o ambiente num jornal de referência português, restringindo a análise a aspectos de interacção entre argumentação e persuasão, e ao emprego de argumentos de índole racional e outros de índole emocional. Tal facto não é estranho: Christian Plantin advoga que argumentação e emoção se misturam de tal modo que são indiscerníveis. Para o linguista, a emergência da problemática dos afectos no quadro da argumentação é hoje uma consequência normal da pragmatização dos paradigmas argumentativos e opõe-se a uma visão tradicional que via os afectos como «les polluants majeurs du comportement discursif rationnel» e que considerava que «le discours argumentatif valide est un discours stoïque, sans émotions» (2004, p. 168).

Os *media*, enquanto palcos da polémica social e espaços privilegiados de criação do real, dando corpo a discursos públicos relevantes, oferecem-se ao jogo dialógico e ao exercício da influência, e são identificáveis nos seus mecanismos linguísticos e semióticos múltiplas estratégias pelas quais as lutas de poder se concretizam. Ter consciência do seu funcionamento, traçar-lhes os rumos discursivos, identificar os seus procedimentos manipulativos, seja qual for o seu tipo, são passos fundamentais da construção de uma consciência linguística que nos fará crescentemente cidadãos livres de um mundo livre.

6. Referências

- ADAM, J.-M. *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 1977
- CALSAMIGLIA, H. Popularization discourse. *Discourse Studies*, 5 (2), 2003. p. 139-146
- CARAÇA, J. Ciência, complexidade e poder. *Análise Social*, Vol. XXXIV, nº 151-152, 2000. p. 687-693
- CASSANY, D.; MARTÍ, J. Estrategias de divulgación de un concepto científico: el prion. In: TOVAR *et al.* (eds.) *Lengua, Discurso, Texto. (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso)*, Vol. II. Madrid: Visor, 2000. p. 2665-2679
- DELAVIGNE, V. Les discours institutionnels du nucléaire. Stratégies discursives d'euphorisation». *Mots*, nº 39 – Juin 1994. p. 53-68
- GENTHILHOMME, Y. Les faces cachées du discours scientifique. *Langue Française*, nº 64, 1984. p. 29-37
- HARRE, R.; BROCKMEIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*, Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage, 1999
- MOIRAND, S. Autour de la notion de didacticité. *Les carnets du CEDISCOR*, nº 1 (Un lieu d'inscription de la didacticité. Les catastrophes naturelles dans la presse quotidienne). Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1992. pp. 9-20
- _____. Formes discursives de la diffusion des savoirs dans les médias. *HERMÈS. Cognition, Communication, Politique*, 21, 1997. p. 33-44

RAMOS, R. (2008). «Argumentação e emoção no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa». In Emediato, W; Machado, I. L.; Mello, R. (Orgs.). *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Emoções, Ethos e Argumentação*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (cd-rom)

_____ Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique*, 33, 1999. p. 145-184

_____ Les manifestations discursives dialogiques de la rencontre entre sciences, médias et politique. In: TOVAR *et al.* (eds.) *Lengua, Discurso, Texto. (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso)*, Vol. II. Madrid: Visor, 2000. p. 2681-2697

_____ Communicative and cognitive dimensions of discourse on science in the French media. *Discourse Studies*, 5 (2), 2003. p. 175-206

PLANTIN, Crh. *Ad passiones*. Affects et logique dans l'argumentation. In: M. A. Marques *et al.* (orgs.): *Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso. Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos – Universidade do Minho, 2004. p. 163-179

RAMONET, I. *A Tirania da Comunicação*. 3ª ed., Porto: Campo das Letras, 1999

RAMOS, R. Dialogismo no discurso do ambientalismo na imprensa em Portugal. In: KOMISSAROV, B. (Org. e Coord.) *No Espaço Lusófono. Materiais e artigos*. São Petersburgo: Editora da Universidade de São Petersburgo, 2003. p. 142-150

_____ Linguística e ambientalismo. In: MARQUES, M. A.; PEREIRA, M. E.; RAMOS, R.; ERMIDA, I. (Org.) *Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso. Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos, 2004. pp. 49-62

_____ *Aspectos do discurso do ambientalismo nos media escritos*. Porto: Faculdade de Letras. (Tese de Doutoramento), 2005

_____ Organização e funções do *dossier* de imprensa. O caso do discurso mediático do ambiente em Portugal. In: BONINI, A. (*et al.*) (Org.): *Anais do SIGET - 4º Simpósio Internacional de Gêneros Textuais*. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007. p. 1776-1791

RAMOS, R; CARVALHO, A. Science as rhetoric in media discourses on climate change. In: *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-day Society*. Cambridge: Cambridge Scholars Press, 2008 (no prelo)

TAVARES, C. F. Traces de didacticité dans le texte d'un programme de télévision sur la publicité. *Les carnets du CEDISCOR*, n° 2 (Discours d'enseignement et discours médiatiques. Pour une recherche de la didacticité). Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1993. p. 127-137

ANEXOS



Imagem 1



Imagens 2 e 3



Imagens 9 e 10



Imagem 11

RAMOS, R. (2008). «Argumentação e emoção no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa». In Emediato, W; Machado, I. L.; Mello, R. (Orgs.). *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Emoções, Ethos e Argumentação*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (cd-rom)



Imagem 12



Imagem 13

Mundo

Alterações climáticas Conferência da ONU faz avanços sobre medidas de adaptação

Evitar destruição das florestas pode vir a contar como redução das emissões de CO2

A partir de hoje, chegam a Bali, na Indonésia, governantes das nações envolvidas na busca de um sucessor para o Protocolo de Quioto, antes, os técnicos foram fazendo alguns progressos

BRASIL - A conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, que se inicia hoje em Bali, na Indonésia, promete avanços importantes na busca de um sucessor para o Protocolo de Quioto, que expira em 2012. Os negociadores das 192 nações envolvidas já chegaram a acordos preliminares sobre a criação de um mecanismo de adaptação às alterações climáticas, que permitirá que os países em desenvolvimento possam lidar com os impactos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar e a seca.

Os negociadores também chegaram a acordos sobre a criação de um mecanismo de redução das emissões de gases de efeito estufa, que permitirá que os países em desenvolvimento possam reduzir as suas emissões de forma voluntária, desde que sejam aprovadas por um comitê de especialistas.



Os negociadores também chegaram a acordos sobre a criação de um mecanismo de adaptação às alterações climáticas, que permitirá que os países em desenvolvimento possam lidar com os impactos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar e a seca.

Fa contribuiu (em inglês) **Martinho diz que tudo aconteceu com o hábito de andar de bicicleta**



Um jovem português ganhou o primeiro prémio de um concurso de ideias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O vencedor, João Martinho, apresentou a ideia de andar de bicicleta para o trabalho. A ideia foi considerada a mais inovadora e viável entre as milhares de sugestões recebidas.

Mundo

Mecanismo de desenvolvimento limpo chega à lixeira de Bali

Repórteragem

O mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) chegou à lixeira de Bali, na Indonésia, onde os negociadores das Nações Unidas se reuniram para discutir o futuro do Protocolo de Quioto. O MDL é um mecanismo que permite que os países desenvolvidos comprem créditos de carbono dos países em desenvolvimento para cumprir as suas obrigações de redução de emissões.

Repórteragem

O mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) chegou à lixeira de Bali, na Indonésia, onde os negociadores das Nações Unidas se reuniram para discutir o futuro do Protocolo de Quioto. O MDL é um mecanismo que permite que os países desenvolvidos comprem créditos de carbono dos países em desenvolvimento para cumprir as suas obrigações de redução de emissões.

ÁGUAS DO ALGARVE GARANTIMOS-LHE O MELHOR DA NOSSA ÁGUA

É importante que os nossos recursos hídricos estejam bem, porque a água é essencial para a nossa vida e para a nossa economia. As Águas do Algarve, S.A. recebeu o prémio nacional de Qualidade de Água para Consumo Humano.

Este é o melhor reconhecimento de que a qualidade da nossa água é a mais segura e saudável para o consumo humano. Agradecemos a todos os que nos apoiam e a todos os que nos ajudam a manter a qualidade da nossa água.

Imagens 18 e 19

Mundo

Alterações climáticas Desacordo sobre metas e transferência tecnológica em Bali

Roteiro para o clima volta ao ponto de partida

Objecções de vários países na conferência das Nações Unidas para reduzir emissões de dióxido de carbono

Os negociadores das Nações Unidas não chegaram a um acordo sobre as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para o período de 2012 a 2020. Os países desenvolvidos insistem em metas mais ambiciosas, enquanto os países em desenvolvimento insistem em metas menos ambiciosas.

Os negociadores também não chegaram a um acordo sobre a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos insistem em transferir tecnologia para os países em desenvolvimento, enquanto os países em desenvolvimento insistem em não receber tecnologia dos países desenvolvidos.



Projeto de combustíveis fósseis alternativos

Eucaliptos + aço = menos carbono

Um projeto de combustíveis fósseis alternativos, que utiliza eucaliptos e aço, pode reduzir as emissões de carbono. O projeto envolve a utilização de eucaliptos para a produção de aço, o que reduz as emissões de carbono em comparação com a utilização de carvão.



Um projeto de combustíveis fósseis alternativos, que utiliza eucaliptos e aço, pode reduzir as emissões de carbono. O projeto envolve a utilização de eucaliptos para a produção de aço, o que reduz as emissões de carbono em comparação com a utilização de carvão.

Mundo

Política para Amazônia

Governo brasileiro quer travar desmatamento

O governo brasileiro quer travar o desmatamento na Amazônia. O governo anunciou um plano de ação que inclui a criação de uma nova política para a Amazônia, que visa a redução do desmatamento e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O governo brasileiro quer travar o desmatamento na Amazônia. O governo anunciou um plano de ação que inclui a criação de uma nova política para a Amazônia, que visa a redução do desmatamento e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Vitor Pereira Bebeidos se em garrafas de vidro reciclável



O Vitor Pereira Bebeidos se em garrafas de vidro reciclável. A empresa anunciou que todas as suas garrafas de vidro serão feitas de vidro reciclado, o que reduz as emissões de carbono e promove o desenvolvimento sustentável.

Imagens 20 e 21



Imagens 22 e 23



Imagem 24

